

FERNANDO GASPAR NEISSER

Prefácio

Alamiro Velludo Salvador Netto

Apresentação

Enrique Ricardo Lewandowski

DOLO E CULPA
NA CORRUPÇÃO POLÍTICA
IMPROBIDADE E IMPUTAÇÃO SUBJETIVA

1ª reimpressão

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

SUMÁRIO

PREFÁCIO

| | |
|---|----|
| Alamiro Velludo Salvador Netto | 17 |
|---|----|

APRESENTAÇÃO

| | |
|--|----|
| Enrique Ricardo Lewandowski | 21 |
|--|----|

| | |
|------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 25 |
|------------------|----|

CAPÍTULO 1

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA RESPOSTA NÃO PENAL AO PROBLEMA DA CORRUPÇÃO

| | | |
|-------|---|----|
| 1.1 | A dificuldade em conceituar a corrupção..... | 33 |
| 1.2 | A corrupção como conceito pré-iluminista e a dificuldade de sua análise sob o Estado de Direito | 38 |
| 1.3 | A evolução do debate doutrinário sobre a corrupção..... | 44 |
| 1.4 | Corrupção e o princípio constitucional da moralidade..... | 56 |
| 1.4.1 | Os riscos do pamprincipiologismo e a segurança jurídica..... | 62 |
| 1.5 | A improbidade administrativa na Constituição e a aprovação da Lei nº 8.429/92..... | 65 |
| 1.5.1 | A fundamentação constitucional da improbidade e o problema da violação ao princípio do <i>ne bis in idem</i> | 70 |
| 1.6 | O elemento subjetivo na improbidade administrativa | 75 |
| 1.6.1 | O entendimento do Superior Tribunal de Justiça quanto ao elemento subjetivo na improbidade administrativa e sua fundamentação teórica | 80 |

CAPÍTULO 2

INJUSTO, RESPONSABILIDADE E IMPUTAÇÃO SUBJETIVA

| | | |
|-------|---|-----|
| 2.1 | Causalidade e responsabilidade | 90 |
| 2.2 | Responsabilidade e imputação..... | 97 |
| 2.3 | A distinção entre injusto penal e civil a partir do debate alemão no século XIX..... | 101 |
| 2.4 | Injusto, Direito Penal Administrativo e Direito Administrativo Sancionador..... | 109 |
| 2.5 | A imputação subjetiva no Direito Penal e o princípio da culpabilidade | 121 |
| 2.5.1 | A evolução histórica do conceito de dolo: do Direito Romano ao finalismo | 125 |
| 2.5.2 | A evolução histórica do conceito de dolo: o funcionalismo teleológico de Claus Roxin e o funcionalismo sistêmico de Günther Jakobs..... | 135 |
| 2.5.3 | A evolução histórica do conceito de dolo: as recentes contribuições ao tema e as propostas delas derivadas | 141 |
| 2.6 | A imputação subjetiva no Direito Civil..... | 152 |

CAPÍTULO 3

A IMPUTAÇÃO SUBJETIVA NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UM MODELO INTERMEDIÁRIO ENTRE O DIREITO PENAL E O DIREITO CIVIL

| | | |
|-------|---|-----|
| 3.1 | As sanções civis punitivas e o modelo intermediário no sistema anglo-saxão..... | 165 |
| 3.2 | A possibilidade de encaixe de um modelo intermediário na tradição jurídica da Europa continental..... | 173 |
| 3.2.1 | Aportes da jurisprudência e modelos intermediários | 175 |
| 3.2.2 | Aportes da doutrina e modelos intermediários..... | 179 |
| 3.3 | A estipulação de critérios de ancoragem: em qual ponto da régua deve estar a imputação subjetiva na improbidade administrativa? | 189 |
| 3.3.1 | Ancoragem em razão do juízo competente e do tipo de procedimento: a definição do legislador | 190 |
| 3.3.2 | Ancoragem em razão da natureza do injusto | 197 |
| 3.3.3 | Ancoragem em razão do tipo de pena prevista e da finalidade buscada com a sanção..... | 204 |
| 3.3.4 | Ancoragem em razão do estigma ocasionado pela aplicação da sanção | 221 |
| 3.4 | A ancoragem penal como instrumento de garantia: manifestação do <i>ius puniendi</i> do Estado | 230 |

CAPÍTULO 4

A CONSTRUÇÃO DO MODELO DE IMPUTAÇÃO SUBJETIVA

NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 233

| | | |
|-------|--|-----|
| 4.1 | A âncora da imputação subjetiva penal e seus elementos irredutíveis x a necessidade de flexibilização rumo ao Direito Civil..... | 233 |
| 4.2 | O dolo na improbidade administrativa | 236 |
| 4.2.1 | O dever de conhecimento do agente público na improbidade administrativa: conhecimento especial e posição de garante | 244 |
| 4.2.2 | Atribuição de conhecimento, delegação do conhecimento e cegueira deliberada | 256 |
| 4.2.3 | O problema da má-fé na improbidade administrativa | 270 |
| 4.3 | A culpa na improbidade administrativa..... | 274 |

CONCLUSÕES 285

REFERÊNCIAS..... 301